

## OS DRAGÕES INTERNOS NA CHINA: UMA CONTRIBUIÇÃO A PARTIR DOS ESTUDOS DO NACIONALISMO

*Internal Dragons in China: A Contribution from Nationalism Studies*

Mariana Pimenta Bueno<sup>1</sup>

Philippe Alexandre Junqueira<sup>2</sup>

Gustavo Alves Santana<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup>Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** [maripimentabueno@gmail.com](mailto:maripimentabueno@gmail.com). **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-8416-6208>.

<sup>2</sup>Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** [philipe.uerj@gmail.com](mailto:philipe.uerj@gmail.com). **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-4392-5137>.

<sup>3</sup>Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** [gustavoalvessantana@yahoo.com](mailto:gustavoalvessantana@yahoo.com). **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-9767-695X>.

Recebido em: 15 jun. 2021 | Aceito em: 20 set. 2021.

## RESUMO

A presente pesquisa procura demonstrar de maneira breve os desafios políticos no aspecto do nacionalismo no país que vem, nos últimos anos, atraindo olhares: a China. Ao longo de três seções, nós analisamos a temática dos estudos nacionalistas, em como o Partido Comunista Chinês administra os enclaves da multietnicidade existente no território e as implicações de determinadas políticas promovidas pelo governo de Xi Jinping para controle de minorias através da tecnologia na presente Era Digital. O “Sonho Chinês” é assim exposto para ilustrar e problematizar a ilação entre políticas nacionalistas e identitárias com o controle do Partido em meio a um cenário mais desafiador para a China.

**Palavras-chave:** China; Nacionalismo; Multietnicidade.

## ABSTRACT

This research seeks to briefly demonstrate the political challenges considering the nationalism aspect in the country which is, in recent years, getting attention: China. Throughout three sections, we address the nationalist studies issue, how the Chinese Communist Party manages the enclaves from an existing multiethnicity on the territory and the implication of specific policies provided by Xi Jinping’s Government. Thus the “Chinese Dream” is outline to illustrate and discuss an inference between nationalist and identities policies with the Party control through a more challenging arena for China.

**Keywords:** China, Nationalism, Multiethnicity.

## INTRODUÇÃO

Devido ao seu grande e sustentado crescimento econômico nos últimos 40 anos, a China tem se tornado um objeto de estudo cada vez mais relevante. Ainda que fosse um Estado pobre nos anos 1970, o país hoje detém a segunda maior economia do planeta — com expectativas de ultrapassar a economia dos Estados Unidos em 2027 — e uma poderosa capacidade militar. A questão essencial envolvendo o desenvolvimento nacional chinês é que este ocorre em meio a um ambiente doméstico não pacificado plenamente e os cenários regional e mundial cada vez mais céticos à projeção internacional da China. Nesse sentido, o atual governo chinês, sob a liderança de Xi Jinping, tem lidado com o desafio de manter o desenvolvimento e a inserção internacional chinesa diante das conjunturas interna e externa.

Uma ampla literatura sobre variadas perspectivas tem sido publicada a fim de compreender o gigante asiático. No entanto, o presente trabalho se propõe a fazê-lo através de uma abordagem menos trabalhada no campo das Relações Internacionais: o nacionalismo. Em outras palavras, pretende-se analisar o ambiente interno chinês no atual governo do presidente Xi Jinping a partir dos estudos do nacionalismo e da identidade nacional.

Como exposto por Alexander Maxwell (2010), o nacionalismo pode referir-se a diferentes elementos: 1) os objetivos ou táticas dos partidos políticos nacionalistas; 2) a mentalidade dos intelectuais patrióticos; 3) o extremismo de direita; 4) o processo de formação do Estado; 5) o apoio popular a uma determinada guerra ou conflito étnico; e 6) a vários outros eventos ou processos históricos distintos. O resultado desse desacordo no tocante ao significado do termo é que os estudiosos sobre nacionalismo acabam se valendo da mesma palavra para se referir a diferentes questões. No âmbito deste texto, pretende-se compreender como os diferentes significados deste fenômeno político influenciam as ações chinesas contemporâneas.

Este artigo está dividido em três partes para explorar o fenômeno do nacionalismo e da identidade nacional no governo Xi Jinping. A primeira parte apresenta a perspectiva do nacionalismo e de identidade no contexto chinês, com um breve apanhado histórico. O segundo tópico lida com a concepção de estabilidade nacional para as autoridades chinesas, equiparando-a com uma possível estabilidade do Partido Comunista Chinês (PCCCh). E por fim, o terceiro tópico destrincha os atuais desafios internos enfrentados por Pequim: as “periferias” e o nacionalismo digital; estas são problemáticas concernentes aos grupos minoritários que buscam maior voz ou emancipação da China e do surgimento da era digital.

## 1. NACIONALISMO E IDENTIDADE NA CHINA

O que significa ser chinês? Essa é uma das questões centrais que perpassa a temática do nacionalismo e identidade na China. Referente a este ponto, Perry Link (2015) apresenta uma possível explicação. Ele afirma que uma forte tradição na China pré-moderna — o período imperial — afirmava que ser chinês significava pensar, comportar-se e viver numa sociedade conforme os princípios que exprimem o ser humano. Esse modo de pensar perdurou por séculos, e se encontra presente ainda hoje na China, já que o modelo moral dos tempos pré-modernos ainda é relevante no contexto político moderno. Para o autor, o “Sonho Chinês” de Xi Jinping está inserido nesse debate do que é ser chinês, remontando a uma perspectiva pré-moderna do termo. Percebe-se que este argumento de Perry Link (2015) se vale do primordialismo<sup>4</sup> como abordagem teórica inicial para a questão, mas posteriormente ele se utiliza da abordagem instrumentalista<sup>5</sup> para se referir ao governo Xi Jinping, como será demonstrado a seguir.

O termo “chinês” diz respeito à etnia dominante na China: Han. Contudo, após a fundação da República no início do séc. XX, tanto os governos nacionalistas como os comunistas tentaram contrariar este etnocentrismo, adotando uma definição de “cidadão nacional” que incluía também os povos não-Han. Foi algo imposto de cima para baixo – o que implica mais tempo para a

---

<sup>4</sup> O primordialismo é uma corrente na abordagem sobre nações e nacionalismo que defende uma conexão herdada desses fenômenos a elementos de um passado histórico sobrevalorizado. As três variantes do primordialismo: 1) culturalista, 2) socio-biológica e 3) perenialismo atribui ao nacionalismo um caráter que remonta a questões pretéritas que resistiram ao tempo e ainda impactam os tempos atuais. Dessa forma, os primordialistas são críticos às abordagens modernistas de nações e do nacionalismo.

<sup>5</sup> O instrumentalismo é uma corrente nos estudos do nacionalismo dentre as abordagens modernistas sobre o fenômeno que confere centralidade ao papel do Estado e das elites na formação de nacionalidades. Nações e o nacionalismo seriam, assim, instrumentos desses atores para determinados fins, conforme os seus interesses.

assimilação popular — com o intuito de manter a integridade territorial e a coesão nacional (Link, 2015).

Outro elemento essencial da tradição do país para explicar a identidade chinesa é o Confucionismo. Este é uma filosofia social normativa que argumenta sobre a centralidade da ética, da moral e das virtudes no modo de governar, na burocracia estatal e na vida social. Ao longo da maior parte da história da China, o modelo político-moral confucionista foi capaz de resistir ou absorver os invasores externos ao conjunto de símbolos, rituais e crenças Han (Gries, 2011). Contudo, as perdas frente às potências ocidentais e ao Japão quebraram tal padrão na segunda metade do séc. XIX, pois os sentimentos de fragilidade e humilhação imperaram. Nesse sentido, os líderes chineses reconheceram a necessidade de modernizar o modelo chinês na busca pela recuperação do orgulho nacional. Desde então, tem sido defendido que o modelo chinês incorpore os elementos externos válidos de acordo com as características chinesas e rejeite intromissões externas (Link, 2015).

Em detrimento do afastamento de Mao Zedong do modelo político-moral tradicional confucionista, nas últimas décadas, pelo menos desde os anos 1980, a liderança do PCCh tem tentado revivê-lo e modernizá-lo. O “Sonho Chinês” de Xi Jinping seria, em parte, resultado dessa busca, enfatizando a prosperidade, o orgulho e coesão nacionais, assim como a obediência à autoridade do Partido. A mídia e as escolas do país recorrentemente enfatizam a ideia de patriotismo, em que o “amor ao país” é considerado uma extensão do “amor ao PCCh”, uma vez que é a entidade responsável por estar eliminando a pobreza, levando o bem-estar geral da população e desenvolvendo o país.

Ao mesmo tempo que a civilização chinesa remete à raízes históricas locais, o Estado territorial atual é também produto da expansão de conceitos políticos ocidentais à região. O modelo de Estado-nação moderno não é uma formação civilizacional espontânea, mas resultado de uma criação europeia e que foi exportada para todo o planeta a partir de preceitos como limites territoriais fixados, cidadania e uma suposta congruência entre território, governo e seus habitantes (Krader, 1968). Ao mesmo tempo, a própria noção de nacionalismo remete à dualidade entre as nações serem realidades objetivamente modernas exportadas para o restante do planeta, mas serem subjetivamente entendidas com contínuos históricos (Anderson, 2008).

Em seu livro “Has China won?” (2020), o ex-diplomata de Singapura, Kishore Mahbubani, argumenta que as autoridades dos países ocidentais, principalmente a estadunidense, não estão adotando uma abordagem adequada em relação à ascensão chinesa e à asiática como um todo. O autor cita que quando China ingressou na OMC, em 2001, como um país em desenvolvimento, a sua renda per capita era de US\$ 2.900 em paridade de poder de compra – semelhante ao do Paquistão, Butão, Iêmen, Cabo Verde, Ilhas Marshall e Azerbaijão no mesmo período; em 2015, no entanto, a renda per capita chinesa havia crescido para US\$ 14.400 (Mahbubani, 2020, p. 33). Ou seja, houve aumento de 496% em 14 anos, enquanto a renda dos cidadãos dos EUA caiu consideravelmente no mesmo período. Com isso, Mahbubani defende que o relativo sucesso alcançado pelos chineses nas últimas décadas é um fator impulsionador do nacionalismo chinês e

do sentimento de orgulho nacional — tanto internamente como na diáspora. Para o autor, então, seria contraproducente o governo estadunidense focar os seus esforços numa guerra de narrativas para deslegitimar o Partido perante aos chineses, pressupondo que estes necessariamente almejassem o modelo democrático-liberal do Ocidente.

O “Sonho Chinês” também remonta a ideias de democracia, direitos humanos e modernização conforme as “características chinesas”, o que indica que elas detêm uma perspectiva diferente da ocidental para se enquadrarem ao PCCh (Link, 2015). O modelo chinês de desenvolvimento pode oferecer a outros países uma alternativa ao modelo vigente desde o fim da Guerra Fria na busca por poder e prosperidade. A grande questão é em que medida esses elementos têm sido usados como instrumento político pelo PCCh: Xi enfatiza o patriotismo, a fidelidade partidária e consequentemente os desincentivos e punições aos eventuais rebeldes do modelo — questão que será explorada melhor nas próximas partes do artigo. No entanto, o termo não almeja o totalitarismo de intromissão nas minúcias individuais diárias dos chineses. Embora a tradição confuciana dê ênfase às relações interpessoais, os confucionistas argumentam que nenhum “sonho” sobre o que significa ser chinês no século XXI é viável na cultura chinesa se omitir qualquer menção ao comportamento moral-individual (Link, 2015; Gries, 2011). Percebe-se, portanto, que mesmo havendo o interesse de reviver pilares confucionistas pelo governo chinês, existe uma clara distinção de perspectiva entre os confucionistas e o governo Xi Jinping.

Para Link (2015), a disputa entre os segmentos concorrentes da elite difere da divisão entre elite e segmentos inferiores, mas as duas dimensões de conflito podem se alinhar quando os membros da elite veem oportunidades de manipular eventuais descontentamentos populares em relação às identidades de determinados grupos domésticos que prejudiquem a unidade nacional para o proveito próprio. Nesse caso, ocorreria a instrumentalização do nacionalismo — argumento de perspectiva da Teoria Instrumentalista.

A China abarca mais de 50 grupos étnicos minoritários, alguns dentre os quais têm a sua identidade minoritária instrumentalizada por lideranças locais frente à hegemonia Han do Partido. Nesse sentido, movimentos pró-autonomia por parte dos tibetanos, uigures e residentes de Hong Kong e Taiwan representam um grande desafio para a concepção oficial de identidade nacional. Para os tibetanos e uigures, o desejo de autogoverno está enraizado devido a diferenças étnicas, linguísticas, culturais e religiosas, que os aproximam de grupos externos à China. Em contramedida, para os chineses Han que vivem em Hong Kong e Taiwan, o impulso emerge da história e da política do século passado que conferem um senso de identidade independente ao movimento contestador local (Potter, 2010).

Este ponto será aprofundado mais adiante no trabalho, mas é argumentado que a resposta de Pequim aos quatro casos foi a mesma, declarando e impondo essencialmente que cada área é parte da China. Numa clara orientação instrumentalista, Link (2015) acredita que, desde o fim das ingerências estrangeiras na China no início do séc. XX e da busca por recomposição territorial, a liderança do PCCh usa os quatro casos para estimular o sentimento nacionalista dentro da China continental e para se posicionar como guardião do orgulho nacional.

Portanto, as principais questões atuais no tocante ao nacionalismo chinês e à unidade nacional se remetem ao sucesso e às devidas consequências do modelo patrocinado pelo PCCh – como o Sonho Chinês do governo Xi Jinping – na China e no exterior. O desenvolvimento e estabilidade alcançados pelo governo chinês podem legitimar o seu modelo e aprofundar o sentimento patriótico no continente a partir da caracterização e consolidação da identidade chinesa. A estratégia de ampliar a ideia do que seria ser chinês busca acolher e mitigar os movimentos contestatórios e permitir a estabilidade nacional – elemento importante na realidade de um país cuja soberania e unidade territorial estiveram recorrentemente ameaçadas ao longo da sua história. Na parte seguinte, será explorada a estabilidade perseguida pela liderança do PCCh.

## 2. CONCEPÇÃO DE ESTABILIDADE NACIONAL

Steve Tsang (2019) argumenta que a China, sob o governo Xi Jinping, enfatiza três fatores para manter a sua estabilidade, e consequentemente para conduzir a sua política externa: a preservação política do PCCh, a prosperidade econômica e a busca por mais poder, prestígio e reconhecimento. A partir desses elementos, as autoridades chinesas acreditariam na inviabilidade de qualquer movimento contestador ou desestabilizador no cenário doméstico; para tanto, a promoção do nacionalismo chinês seria então primordial.

A centralidade da política doméstica para a preservação da unidade nacional é uma realidade essencial para o país asiático (Tsang, 2019). A sua história marcada por grandes invasões estrangeiras, revoltas, mortes e ingerências externas ampliam ainda mais a preocupação da liderança chinesa por um ambiente interno estável. Essa interpretação, muitas vezes, contraria o padrão de outras grandes potências e as principais teorias de Relações Internacionais, que se concentram em considerações sistêmicas, capacidades relativas e interação entre Estados como os fatores mais relevantes para a inserção internacional de um país. Segundo as autoridades do PCCh, todavia, a ascensão internacional da China fundamentalmente só seria viável quando houvesse estabilidade doméstica.

A partir disso, na China contemporânea, há uma notória importância do sistema político vigente. O foco no sistema, e não na ideologia, é conveniente, uma vez que a ideologia do Estado tem perdido espaço e sendo adaptada conforme as circunstâncias na era pós-Mao — particularmente após o Massacre de Tiananmen (1989) e o colapso do comunismo na Europa Oriental. O sistema pós-Mao seria um sistema maoísta-leninista-consultivo, em que o Partido Comunista estaria focado em permanecer hegemônico; e para tanto seria capital manter a estabilidade no país e eliminar preventivamente as ameaças à sua supremacia política (TSANG, 2019).

Sendo o núcleo do sistema, o PCCh é muito mais do que o partido do governo ou o partido no poder. Ele reivindicou, incorporou o Estado e, desde a fundação da República Popular da China em 1949, detém o monopólio da narrativa e do interesse nacional. O sistema em vigor é um Estado-Partido, já que o Partido exerce o monopólio do Estado e do poder militar. Com base nisso, colocar os interesses do PCCh no centro do interesse nacional é uma constante, não uma variável.

A reação da China aos incentivos conjunturais do sistema internacional ocorre conforme a interpretação do Partido, sempre observando a proeminência do PCCh, a segurança e proteção da integridade territorial, a manutenção do desenvolvimento nacional e consequentemente a estabilidade doméstica (Tsang, 2019).

Em outras palavras, portanto, o governo Xi Jinping almeja e persegue o renascimento da grandeza da China no cenário internacional: o “Sonho Chinês”. Nesse sentido, deve-se compreender e levar em conta os interesses do PCCh como os interesses da própria China: proteger e aprimorar a segurança do regime, a segurança nacional e o crescimento econômico; tendo, o primeiro destes, papel primordial. Esses elementos são possíveis somente através da estabilidade nacional.

Entende-se, assim, a razão das “periferias” permanecerem sendo grandes desafios domésticos do governo chinês, o que pode ser observado com manifestações em Hong Kong em 2019 e 2020, a reeleição de um governo pró-independência em Taiwan, ou os movimentos contestatórios das minorias étnicas no Tibete e Xinjiang. Essas questões desafiam a autoridade do PCCh na China e a sua integridade territorial; assim como, a forma em que se dá o nacionalismo chinês no meio digital – campo recente de estudo e pouco abordado na literatura.

### 3. OS PRINCIPAIS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A CHINA

#### 3.1) AS PERIFERIAS NA CHINA

A nomenclatura tradicional de “Império do Meio” foi aplicada não apenas para distinguir a China dos “bárbaros” externos, mas também para diferenciar os grupos não-Han dentro dos limites do império chinês. Deter consciência deste elemento é importante, pois, numa perspectiva cultural, a China conviveu com confrontos regulares com sociedades cuja estrutura, sistemas de crenças e comportamento conflitavam com os dos Han (Potter, 2007). As relações do governo central com as minorias étnicas das regiões fronteiriças são ainda hoje moldadas a partir desse histórico secular de relações com o estrangeiro.

Na “periferia”, ou seja, nas zonas territoriais limítrofes — regiões relativamente de menor presença do Estado (imperial, republicano ou socialista) —, a liderança central chinesa tendia a ver as minorias locais com uma mistura de desprezo e medo. Esses povos de regiões exteriores eram considerados inferiores e desafiadores, desiguais à superioridade cultural dos Han, embora fossem militarmente poderosos e ameaçadores. Inclusive, as dinastias imperiais tentaram suprimir aqueles que se aventuraram próximo do espaço considerado núcleo dos Hans — a região costeira do leste (Potter, 2007). Essa supressão nem sempre se dava militarmente, mas muitas vezes por meio da estratégia de conversão desses povos estrangeiros à cultura Han (Kissinger, 2012).

O resultado histórico desse dinamismo secular é que a administração da periferia se destacou como um imperativo de governança, ou seja, governar para sobreviver. Atualmente as relações da China com suas fronteiras continuam refletindo uma combinação de superioridade cultural e profundo mal-estar, já que o nacionalismo minoritário de alguns grupos nessas regiões

preocupa Pequim, que acredita na assimilação cultural e identitária de ser chinês. Potter (2007) divide essas zonas desafiadoras em duas: uma periferia interna e outra externa.

As áreas da periferia interna — constituída pela Mongólia Interior, Tibete e Xinjiang — são regiões administradas por Pequim. A sua governança se dá pelo status de “regiões autônomas”, fruto da nacionalidade minoritária — uma característica central da política chinesa que é associada aos tempos da China Imperial e, em certa medida, ao período nacionalista (Yuang-Kang, 2001). Portanto, essas regiões geralmente gozam de menos autonomia real do que a conferida às demais províncias chinesas.

A integração nacional das áreas de nacionalidades minoritárias varia desde um controle relativamente benigno a um controle militar propriamente dito. Elas, porém, acabam sendo inevitavelmente dominadas pelos Hans, podendo gradualmente substituir os arranjos socioculturais locais pela fidelidade inequívoca ao PCCh. Desse modo, as prioridades de integração nacional da China na Mongólia Interior, Tibete e Xinjiang incluem políticas de migração Han, desenvolvimento econômico e presença político-militar (Potter, 2007; Yuang-Kang, 2001).

Na periferia externa, as políticas nacionais de integração são refletidas no modelo “um país, dois sistemas” aplicado a Hong Kong e Macau após retornarem à soberania chinesa em 1997 e 1999 respectivamente. Estes ainda detêm alguma representação em instituições internacionais específicas, e possuem legislação própria. Esse modelo ainda é proposto para lidar com uma possível reunificação de Taiwan ao continente.

Portanto, tanto na periferia interna quanto na externa, a questão da autonomia é central. Potter (2007) acredita que as relações dentro e entre as periferias internas e externas podem produzir informações importantes sobre o senso de si mesmo da China. A integração nacional chinesa ainda condicionada por essas dinâmicas entre o local e o central, uma vez que cada uma das áreas dentro da periferia interna e externa possui condições locais distintas. Enquanto o status de áreas periféricas acaba levando a generalizações, cada uma dessas unidades tem história e cultura únicas que desafiam as abordagens unificadas de governança propostas por Pequim. A maneira como o governo central lidará com os nacionalismos minoritários nessas periferias é um ponto importante para o futuro.

### **3.1.1) NACIONALISMO MINORITÁRIO NAS PERIFERIAS**

As mudanças políticas, culturais e econômicas de matriz internacional a partir da intensificação da globalização contribuíram para encorajar a emergência de diversos movimentos nacionalistas minoritários em busca de autodeterminação e maior liberdade em geral ao propiciar um ambiente mais favorável a essas demandas (Keating, McGarry, 2001). Essas mudanças estão também interconectadas com uma maior projeção internacional chinesa. Essa perspectiva é importante diante do já descrito cenário da China como um país forçado a lidar com nacionalismos minoritários em seu território. Assim, desprezar a relevância desses movimentos seria desconsiderar um dos maiores desafios para a própria estabilidade da China.



Desde os anos 1990, a China tem adotado um perfil mais nacionalista, tanto em reação às pressões externas críticas a supostas violações de direitos humanos por parte do país às suas minorias étnicas – especialmente o Tibete, e mais recentemente Xinjiang – como de pressões internas a partir do crescimento econômico e da retomada na soberania sobre os territórios de Hong Kong e Macau. O crescimento do nacionalismo na China eclodiu em tensões frente a essas minorias étnicas, uma tendência internacional evidenciada pelas contradições entre o global e o local: a abertura econômica chinesa tornou o país mais propenso a fenômenos externos, como o fortalecimento de nacionalismos minoritários observado em todo o planeta (Mackerras, 2003).

Margaret Moore (2001) alega que o nacionalismo e as formas nacionais de identidade provavelmente não desaparecerão e que a assimilação coercitiva é improdutivo. Nesse sentido, ela pressupõe que Pequim conviverá com essas identidades minoritárias, reconhecendo-as e acomodando-as. A autora argumenta que várias políticas têm sido adotadas neste sentido, como o turismo cultural doméstico, por exemplo. Como uma política de cooptação das narrativas dessas minorias, o China Ethnic Museum (s.d.) traz em suas coleções de mais de 100 mil peças expostas e estudadas de maneira singular cada uma das 56 nacionalidades que compõem seu território, mas que ao fim e ao cabo fazem parte de uma só China. No entanto, da mesma forma há políticas de assimilação cultural que vão de encontro com a percepção da autora, como os campos de reeducação em Xinjiang como tentativa de assimilação e doutrinação.

Segundo a autora, a caricatura dos nacionalistas minoritários como isolacionistas puristas étnicos é errônea, pois as formas nacionais de identidade podem coexistir com outros ideais universais, como liberalismo e democracia (Moore, 2001). É possível que este seja o cerne central da preocupação de Pequim com esses grupos minoritários: a possibilidade de os mesmos se alinharem com os ideais contrários ao regime do PCCh. Nesse sentido, na prática, a minoria muçulmana de origem turca em Xinjiang, por exemplo, pode se acomodar com os ideais de grupos armados — por vezes considerados pelo governo chinês como terroristas — presentes em localidades próximas, como o Paquistão e o Afeganistão.

Portanto, as autoridades chinesas têm buscado trabalhar a sua periferia a partir dessa questão. Ao invés de permitir que grupos nacionalistas minoritários estreitem laços com grupos, movimentos e ideais externos, o governo central está tentando atrair, cooptar e incorporar essas minorias para que aceitem a autoridade e fidelidade ao PCCh, mesmo mantendo as suas identidades minoritárias. Isso contribuiria para preservar a legitimidade do regime, a integridade territorial e a imagem internacional de um grande país, multiétnico e respeitador das minorias nacionais.

### 3.2) NACIONALISMO NA ERA DIGITAL

Outro grande desafio enfrentado pela liderança chinesa na questão identitária e do nacionalismo é a era digital. Segundo Schneider (2018), o nacionalismo é analisado no contexto da modernidade e dos Estados-Nação. A modernidade é explicada como um conjunto de princípios e de tecnologias organizacionais; sendo os Estados-Nação a tecnologia política no cerne da modernidade, em que os governos nacionais permitem uma cooperação social em larga escala.

A formação dos Estados-Nação é facilitada pela complexidade da vida social, mas o processo não é e não deve ser considerado natural. Para Benedict Anderson, o Estado nacional é usado como exemplo de uma “comunidade imaginada”. Um instrumento para a formação dessa comunidade seriam os museus, pois "os museus e a imaginação museológica são profundamente políticos" (Anderson, 2008, p. 246). Nesse sentido, o National Museum of China (s.d.) seria um exemplo da política nacionalista chinesa, exemplificado por exposições como a “The Road of Rejuvenation” (2012); e a “Great Reform: A Major Exhibition Celebrating the 40th Anniversary of Reform and Opening-up” (2018) com narrativas para expor o rejuvenescimento da nação chinesa e seu socialismo único, como dito pelo Secretário-geral do PCCh Xi, assim como função educacional para as massas.

Ademais, a mídia é essencial na criação dessas comunidades imaginadas. Os membros da comunidade exigem um grupo de valores e símbolos corporativos, enquanto a mídia de massa espalha as mensagens e cria símbolos coletivos. No nacionalismo chinês contemporâneo, isso se reflete nas tentativas do PCCh de usar as tecnologias de comunicação de massa para promover os seus ideais e criar uma comunidade imaginada, ou seja, o Partido procurando se consolidar como um Estado nacional (Hernández, 2019).

Ainda que políticas de controle e regulamentação da internet não sejam exclusividade chinesa, para Schneider (2018), o ambiente de internet da China é único, desafiando o senso-comum. À medida que as tecnologias da informação e comunicações se aprimoram, a era industrial está dando lugar à chamada era digital (Schneider, 2018, p.33). A importância da tecnologia da informação e comunicações na estratégia nacional da China é exemplificada nos últimos eventos envolvendo a Huawei, a tecnologia 5G e a proibição do aplicativo Tik Tok em alguns países (entre os quais Índia, EUA e outros). Mesmo quando os especialistas chineses incentivam novas tecnologias, eles monitoram, orientam, censuram e frequentemente projetam diretamente as informações na internet. Para esse fim, em 2011, foi criado o Gabinete de Informações da Internet do Estado Central da China. Essas escolhas políticas conflitantes tornam o mundo digital da China especialmente desafiador, pois refuta aqueles que acreditam que as tecnologias da informação e comunicações reduzirão o nacionalismo e a eficácia dos Estados-Nação (Schneider, 2018).

A internet da China é bloqueada para diversos gigantes globais desta área de comunicação. Assim, a maioria dos produtos digitais chineses é desenvolvida e usada internamente. Como resultado, surgiram gigantes da Internet nacionais e locais, o que facilita o gerenciamento das informações e da internet pelas autoridades (Schneider, 2018).

A implementação do sistema de crédito social é outra clara exemplificação do que argumenta Schneider. A ideia do governo é avaliar cada cidadão de acordo com seu comportamento social, o que lhe confere uma determinada pontuação que implica punições, como limitar acessos a determinados espaços, e recompensas, como descontos em alguns serviços, conforme a pontuação alcançada.

Na prática, com a coleta de dados na internet sobre a circulação da pessoa por meio de reconhecimento facial, bom comportamento em registros governamentais e número de acertos em aplicativos de promoção do pensamento de Xi Jinping (Kharpal, 2019), cada cidadão recebe uma pontuação. Em 2018, segundo relatório divulgado pelo Centro de Informação do Crédito Público Nacional da China, 23 milhões de pessoas foram impedidas de viajar devido à pontuação baixa. A fase de testes desse sistema começou em 2014 para a implementação em todo o território nacional (SchwingeL, 2020).

Na obra “China's Digital Nationalism”, Schneider (2018) apresenta uma pesquisa empírica no mercado digital chinês, na qual ele concentrou as buscas no Japão como outro estrangeiro importante para os chineses. O Japão foi usado como o principal material de pesquisa do nacionalismo chinês contemporâneo, uma vez que os chineses reproduzem uma concepção histórica do Japão, um país imperialista e grande competidor que feriu o orgulho nacional chinês. A partir de tal concepção sobre o Japão, ficam evidentes as razões para as narrativas oficiais do PCCh: interferência estrangeira, vulnerabilidade nacional, entre outros. Schneider demonstrou que a maior parte do conteúdo online dos chineses reproduz as narrativas oficiais. Por exemplo, em sites e fóruns virtuais, no que tange às relações sino-japonesas, as buscas e mensagens de opiniões dos chineses, no geral, seguem uma estrutura nacionalista simplista oficial de entendimento em relação ao país vizinho.

Desse modo, o autor defende que a China serve como um grande laboratório do nacionalismo digital, já que as tecnologias capacitam os usuários, embora nem todos tenham o mesmo poder. Além disso, essas tecnologias servem de instrumento para controle social e de mecanismos de governança do PCCh, os quais vêm se adaptando à mídia de massa. Portanto, o nacionalismo digital chinês é uma poderosa ferramenta cultivada artificialmente, com um pequeno número de grupos midiáticos fornecendo as informações para a maioria das massas sob a tutela do PCCh (Schneider, 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A China é um país complexo, não apenas em termos econômicos, sociais, ambientais, mas também culturalmente, por abarcar dezenas de minorias étnicas no seu interior, para alguns, significando uma grande civilização (Godoy, 2019). Desse modo, conduzir todo esse complexo emaranhado cultural rumo a um sólido desenvolvimento econômico, sem deixar de lado a estabilidade nacional, em meio a um cenário internacional mais desafiador e cético, é um grande desafio para as autoridades do país.

O presente trabalho buscou evidenciar tal desafio com base em obras consolidadas de uma abordagem cultural das Relações Internacionais. A novidade foi aplicar num Estado complexo e em ascensão uma dimensão pouco explorada pelos estudiosos: a dimensão do nacionalismo, que vem caracterizando profundamente o presente cenário das políticas nacionais dos Estados e internacional. Os maiores veículos de comunicação, os estudiosos e a população, no geral, têm

observado o cenário internacional, muitas vezes sem ter consciência, a partir de uma perspectiva cultural.

As questões minoritárias na China e os instrumentos digitais do sistema de crédito social são problemáticas correntes que vêm adquirindo importância nas relações internacionais. A atual conjuntura de crescente disputa econômica, tecnológica, militar, ideológica, de narrativas e de nacionalismos entre China e EUA no sistema internacional impõe que o governo central chinês tenha maior atenção nessas duas questões para que não sejam vulnerabilidades para a integridade territorial, a hegemonia do PCCh, o desenvolvimento doméstico e o orgulho nacional — o “Sonho Chinês”. Ao mesmo tempo, ponderar criticamente a instrumentalização do nacionalismo de Estado chinês aqui debatido é um caminho necessário para considerações futuras.

Dessa forma, este artigo apresenta duas principais conclusões: primeiramente, ainda que a China seja um país milenar, com um Estado unitário e centralizador, é ao mesmo tempo fragmentado e vulnerável às suas minorias étnicas e suas resistências; ademais, o governo de Xi Jinping tem se valido de oportunidades nacionalistas nos campos destas minorias étnicas e dos meios digitais em prol dos interesses do PCCh, internos e externos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anderson, B. R. (2008) *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

China Ethnic Museum (s.d.) *Introduction to the China Ethnic Museum*. Disponível em <http://emuseum.cn/en>. [Acesso em: 10 jun. 2021].

Godoy, F. (2019) ‘A China não se vê como um país, mas uma civilização’. *TV Estadão*, 02 outubro. Disponível em: <https://tv.estadao.com.br/internacional,a-china-nao-se-ve-como-um-pais-mas-uma-civilizacao,1040847> [Acesso em: 08 junho 2021].

Gries, P. H. *et al.* (2011) ‘Patriotism, Nationalism and China's US Policy: Structures and Consequences of Chinese National Identity’, *The China Quarterly*, 205, pp. 1-17.

Hernández, J. C. (2019) ‘The Hottest App in China Teaches Citizens About Their Leader — and, Yes, There’s a Test’. *The New York Times*, 07 abril. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/04/07/world/asia/china-xi-jinping-study-the-great-nation-app.html> [Acesso em: 10 junho 2021].

Keating, M.; McGarry, J. (2001) ‘Introduction’. In Keating, M., McGarry, J. (eds.), *Minority Nationalism and the Changing International Order*. Oxford: Oxford University Press, pp. 44-60.

Kharpal, A. (2019) ‘Chinese app pushing Xi’s ideology has ‘backdoor’ that could let Beijing snoop on users, report says’. *CNBC*, 14 outubro. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2019/10/14/china-xi-jinping-ideology-app-has-backdoor-that-could-let-beijing-snoop-on-users-report.html> [Acesso em: 09 junho 2021].

Kissinger, H. (2011) *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Krader, L. (1968) *Formation of the State*. New Jersey: Prentice Hall Inc.

Link, P. (2015) 'What it means to be Chinese: Nationalism and identity in Xi's China', *Foreign Affairs*, 94(3), pp. 25-31.

Mackerras, C. (2003) *China's ethnic minorities and globalization*. New York: Routledge.

Mahbubani, K. (2020) *Has China won?: the Chinese challenge to American primacy*. New York: PublicAffairs.

Moore, M. (2001) 'Globalization, Cosmopolitanism, and Minority Nationalism'. In Keating, M., McGarry, J. (eds.), *Minority Nationalism and the Changing International Order*. Oxford: Oxford University Press, pp. 44-60.

National Museum of China (s.d.) *About NMC*. Disponível em: [http://en.chnmuseum.cn/about\\_the\\_nmc\\_593/about\\_the\\_nmc\\_594/201911/t20191122\\_173221.html](http://en.chnmuseum.cn/about_the_nmc_593/about_the_nmc_594/201911/t20191122_173221.html). [Acesso em: 10 jun. 2021].

Potter, P. B. (2007) 'Theoretical and conceptual perspectives on the periphery in contemporary China'. In Larry, D. (ed.), *The Chinese State at the Borders*. Vancouver: University of British Columbia Press, pp. 240-270.

Schneider, F. (2018) *China's Digital Nationalism*. Nova Iorque: Oxford University Press, pp. 220-36.

Schwingel, S. (2020) 'Entenda o sistema de crédito social planejado pela China'. *Poder 360*, 27 janeiro. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/entenda-o-sistema-de-credito-social-planejado-pela-china/> [Acesso em: 10 junho 2021].

Tsang, S. (2019) 'Party-state Realism: A Framework for Understanding China's Approach to Foreign Policy'. *Journal of Contemporary China*, 122(29), pp. 304-18.

Yuang-Kang, W. (2001) 'Toward a Synthesis of the Theories of Peripheral Nationalism: a comparative study of China's Xinjiang and Guangdong'. *Asian Ethnicity*, 2(2), pp. 177-95.